

Os governos na renegociação

Dívida EXTERNO

O processo de reintegração do País na comunidade financeira internacional, tão habilmente conduzido pelo ministro Mafson da Nobrega, que conseguiu sanar os ferimentos causados pela moratória, está evidenciando algo novo, que nos parece bastante favorável: os governos que procuraram apartar-se da renegociação com o Brasil estão-se engajando no processo.

Há três anos, quando veio à luz o Plano Baker, relativo à renegociação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, ouve-se uma queixa dos bancos comerciais. O Plano Baker prevê uma ação conjugada das instituições financeiras e dos organismos internacionais de crédito, mas não estabelece nenhum compromisso da parte dos governos e dos bancos centrais dos países credores. Diante desta situação, os bancos norte-americanos começaram a mudar de atitude e a aumentar suas pressões, dando um aviso importante às autoridades monetárias: estavam dispostos a reduzir seus lucros e até a criar problemas no mercado bolsista, preparando-se

para distanciar-se da renegociação, que os forçava a expor-se a riscos maiores. Esse movimento configurava uma séria ameaça para os governos, pois, se a rede bancária internacional decidisse considerar como irrecuperáveis os créditos dos países endividados, estes, evidentemente, não mais teriam acesso a novos créditos. Ora, o Plano Baker, que reconhece a absoluta necessidade do crescimento econômico para os países endividados, supõe, basicamente, o restabelecimento dos empréstimos bancários a esses países.

O efeito dessa ameaça fez-se sentir, pois os governos começaram a admitir um espectro mais amplo de soluções para o problema do endividamento, adotando uma legislação mais flexível para os bancos credores e passaram a atuar junto aos organismos internacionais para apoiar uma política mais aberta às reivindicações dos países endividados.

A renegociação brasileira caracteriza bem as inovações que estão sendo introduzidas. Vimos a forte resistência que opuseram os bancos credores, resistência que,

aliás, nem mesmo após o acordo com o comitê de assessoramento foi totalmente vencida. Foi graças à constante pressão exercida pelo secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker, que se conseguiu chegar a um resultado satisfatório. Cumpre notar que a presença dos "governos" se refletiu na atitude conciliatória dos grandes organismos internacionais, o Fundo Monetário e o Banco Mundial. O novo diretor-gerente do FMI, sr. Michel Camdessus, procurou dar maior flexibilidade ao organismo no tocante a suas relações com os países devedores: não teria obtido êxito se não tivesse sido apoiado pelos governos dos países industrializados. O Banco Mundial, com sua atuação, tornou possível o acordo entre o comitê de assessoramento dos bancos credores e o Brasil, efetuando operações de co-financiamento.

Agora, observa-se o engajamento mais direto dos governos dos países credores, que se mostram dispostos a participar de um empréstimo-ponte em favor do Brasil, para que nosso país possa regularizar totalmente sua situa-

ção antes mesmo que o acordo com os bancos comerciais esteja concertado de modo concreto. No passado, os governos intervieram, direta ou indiretamente (por intermédio do Banco dos Pagamentos Internacionais de Basileia), na primeira fase da crise da dívida. Depois, entretanto, coube aos bancos comerciais realizar tais operações, como foi o caso, em dezembro do ano passado, para o Brasil. Agora, os governos mostram-se dispostos a participar de um empréstimo-ponte, antes mesmo que esteja assinado o *standby credit* do FMI.

Essa linha de conduta permite-nos encarar com otimismo a marcha da renegociação com o Clube de Paris (que é um clube de governos). Mas não há dúvida de que o engajamento dos governos deverá criar um clima propício para que os bancos credores adiram mais depressa ao acordo preliminar elaborado pelo comitê de assessoramento. Na verdade, este retorno mais direto dos governos ao processo de renegociação funda a esperança em que a crise do endividamento, graças a tal intervenção, venha um dia a encontrar solução segura e duradoura.